

Deu presidencialismo com 5 anos

Primeira votação, 344 a 212, garante o regime e abre o caminho

A euforia que tomou conta do plenário da Constituinte, que às 18h10 de ontem manifestou-se majoritariamente presidencialista, se revelou de novo quase três horas depois, com a vitória dos cincoanistas. A aprovação do mandato permanente de cinco anos para os futuros presidentes da República já era prevista até pelos parlamentaristas defensores dos quatro anos, quando o painel eletrônico registrou 344 votos favoráveis à emenda Humberto Lucena contra 212 e três abstenções. Os 132 votos de diferença, mesmo descontados as bancadas do PT e do PDT (favoráveis a quatro anos), eram suficientes para garantir a aprovação da proposição dos cinco anos.

O sistema de Governo e o mandato presidencial foram as mais importantes questões decididas na tarde de ontem dentro do capítulo relativo ao poder Executivo. Por causa destas duas matérias, as galerias do plenário da Câmara ficaram lotadas, as bancadas de imprensa e da assessoria parlamentar dos Ministérios abrigaram vários ministros (como Almir Pazzianotto, do Trabalho, e Aluizio Alves, da Administração) e, a Constituinte conseguiu, enfim, ver todos os seus 559 membros reunidos e registrados no painel eletrônico de votação — fato inédito em sua história.

O encaminhamento da votação da emenda Humberto Lucena gerou discussão antes de ser iniciado, porque o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, por entender que a matéria exigia um debate mais profundo, permitiu que quatro constituintes se inscrevessem para falar contra e outros quatro a favor da emenda, além do relator, O Regimento Interno permite exatamente a metade deste número.

Subiram à tribuna para falar contra a emenda os mais persistentes parlamentaristas, como os senadores José Fogaça (PMDB/RS), Afonso Arinos (PFL/RJ) e Nelson Carneiro (PMDB/RJ). Intercalando os pronunciamentos favoráveis de presidencialistas, como os dos deputados Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE), Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) e Vladimir Palmeira (PT/RJ), eles sofreram e rebateram críticas.

O petista rebateu as críticas tratou de justificar porque seu partido votaria a favor da emenda Humberto Lucena. O senador Afonso Arinos teceu comentários históricos sobre o parlamentarismo e Fogaça atacou de frente Vivaldo Barbosa, atribuindo-lhe ligações com José Lourenço (PFL/BA) e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Coube ao relator Bernardo Cabral amarrar a discussão, repudiando as agressões e emitindo parecer contrário à emenda Lucena. O último passo do encaminhamento da proposta presidencialista foi a orientação das lideranças as suas respectivas bancadas. PTB, PDS, PDC, PL e PMDB deixaram a questão em aberto; PFL, PDT e PT orientaram à aprovação; PCB, PSB e PC do B reafirmaram suas posições parlamentaristas ao plenário.

Votação traz os cinco anos por 304 a 223

Por 304 votos a 223, o plenário aprovou, ontem, o mandato de cinco anos sem reeleição para todos os presidentes da República que sucederão Sarney, como previa o texto do senador Humberto Lucena (PMDB-PB). A duração do mandato de Sarney só será decidida no capítulo das Disposições Transitórias, daqui a 20 ou 30 dias, mas dificilmente será fixado em menos de cinco anos.

Com a aprovação da proposta do senador Humberto Lucena, ficaram prejudicadas as emendas do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que previa quatro anos com uma reeleição, e a do senador Mário Covas (PMDB-SP), de quatro anos sem reeleição. Foi uma derrota dupla para o PMDB (fiel a Covas, que queria o parlamentarismo com quatro anos de mandato para os sucessores de Sarney e ainda tinha a esperança de fixar o mandato de Sarney em quatro anos).

Quando o painel mostrou a aprovação do texto de Lucena, o lado direito do plenário, onde costuma sentar-se o Centrao, fez uma festa. Enquanto isso o senador José Fogaça (PMDB-RS), parlamentarista e defensor dos quatro anos de mandato, vermelho de raiva, acusava aos gritos o PT e o PDT de serem os responsáveis pela aprovação dos cinco anos, uma vez que fizeram acordo com o PFL para se votar em separado o texto de Lucena sobre o mandato.

EUGENIO NOVAES



Aprovado o presidencialismo, vem a grande comemoração: os vitoriosos, cinco dedos levantados, antecipam a votação do mandato

Vitória foi do País, diz Sarney, alegre

"Acho que esta é uma vitória do País, não é uma vitória pessoal. Eu nunca tratei deste assunto como se fosse um problema pessoal e sempre quis o que fosse melhor para o País. Acho que o Congresso compreendeu muito bem e a legitimidade da decisão do Congresso assegura isso. Foi realmente uma vitória muito expressiva, uma maioria muito grande e a totalidade dos constituintes".

Foi o que disse o presidente José Sarney sobre a vitória do presidencialismo, ontem, aprovado com uma ampla maioria, quando seguiu, à noite, para o Palácio da Alvorada. Antes Sarney havia declarado ao CORREIO BRAZILIENSE que "a vitória foi do povo brasileiro, não foi pessoal. Foi a vitória do regime que assegura a governabilidade do País". O porta-voz do governo, ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, não quis falar à imprensa sobre a votação. Através de seu assessor, José Arantes, mandou informar que "iria manter o silêncio".

SARNEY MAIS FORTE

Já o chefe da assessoria especial de Sarney, o ex-ministro Thales Ramalho, — principal articulador político do Governo — não se negou a dar sua opinião, quando saía do gabinete do Presidente, após avaliar o resultado da votação: "A vitória não surpreendeu. Acho que o presidente Sarney ficou mais forte para governar, mas vamos aguardar a decisão sobre o mandato", declarou Ramalho.

Como Sarney, Thales Ramalho disse que não foi uma vitória pessoal do Presidente, "mas da tradição

republicana, encarnada pelo presidente José Sarney". Também o ministro da Administração, Aloizio Alves, um dos primeiros a cumprimentar o Presidente pela vitória, comentou o fato. "Agora está provado que o Governo pode ter uma base parlamentar estável", disse Alves, acrescentando que Sarney ficou muito satisfeito com o resultado.

O DIA NO PLANALTO

Embora fosse possível notar a tensão ontem, no Palácio do Planalto, com a votação do presidencialismo polarizando todas as discussões, o clima era de tranquilidade. Na parte da manhã, Fernando Sarney, filho do Presidente, dizia que "este assunto será decidido no voto, é difícil garantir qualquer resultado". Mas disse que, pelos levantamentos feitos, 285 constituintes deveriam votar a favor do presidencialismo, como havia, até aquela hora, 65 indecisos, na sua opinião "a vitória é provável".

PELO TELEFONE

Por dever de ofício, o presidente José Sarney não pôde assistir — do aparelho de televisão instalado em seu gabinete — à votação: estava recebendo a delegação japonesa, presidida por Kichiji Yoshikawa, diretor da YKK do Japão. Foi avisado da vitória por sua mulher, D. Marly, que lhe telefonou logo após o resultado da votação. Na ante-sala do Presidente, os ministros Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, Abreu Sodré, das Relações Exteriores, e Ivan de Souza Mendes, do SNI, e Costa Couto, do Gabinete Civil, acompanhavam a votação pela TV, juntamente com Fernando Sarney, Vera Sa-

bará, secretária do Presidente, e os ajudantes-de-ordens.

Foi uma explosão de alegria quando o painel eletrônico registrou o resultado — 344 votos a favor, 212 contra e 3 abstenções. O grupo todo comemorou com abraços e a ansiedade para cumprimentar o Presidente aumentou. Logo na saída da missão japonesa o gabinete de Sarney foi invadido pelo grupo que gritava: "Vencemos, Presidente". "Pois é, minha gente, estou aqui querendo receber os abraços", respondeu Sarney, sorridente.

Daj em diante ficou difícil para quem quis se comunicar com o Presidente. A enxurrada de telefonemas foi enorme. Telefonaram: D. Kiola, mãe de Sarney, o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, os governadores Orestes Quêrcia, de São Paulo, Newton Cardoso, de Minas Gerais, os ministros Jader Barbalho, da Reforma Agrária, José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, o empresário Mathia Macilne, da Sharp, o ministro Aureliano Chaves das Minas e Energia, o presidente da Rede Globo, Roberto Marinho, o da Rede Manchete, Adolfo Bloch, e o governador Pedro Ivo, de Santa Catarina, entre outros. O objetivo, obviamente, foi cumprimentar o Presidente pela vitória. No meio de toda a festa, um fato chamou a atenção dos assessores de Sarney: até a hora em que o Presidente ficou no Palácio do Planalto, 20 horas, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não havia ligado para cumprimentar Sarney. Ele prosseguiu presidindo a votação do mandato, mas, da mesa da Constituinte, poderia discar para o Presidente.

Ulysses: Devemos é acatar essa decisão

O deputado Ulysses Guimarães deixou ontem o plenário da Constituinte, recomendando que "todos devemos acatar a decisão da Assembléia".

Eis a entrevista: **Que avaliação o senhor faz desse resultado?**

Avaliação que faço é que houve comparecimento pleno; eu que tenho uma longa vida parlamentar, é a primeira vez que vejo um comparecimento total. E entendo que devemos todos, em nome da soberania da Constituinte acatar essa decisão.

Esse resultado significa quatro anos para o presidente José Sarney?

Eu não sei.

O senhor acha que os cinco anos devem ser mantidos para o atual presidente da República?

Eu acato a decisão da Constituinte.

Mas isso não o prejudica, já que o senhor é candidato?

Eu não sou candidato, eu sou o presidente da Constituinte, e candidato a sair da melhor maneira possível desse difícil encargo.

Alguns peemedebistas estão dizendo que vai ha-

ver um racha no partido...

Eu não acredito nisso. O senador Fernando Henrique Cardoso disse que o PMDB votou contra o povo, que a maioria do partido votou pelos cinco anos...

Não sei, não tenho ainda os dados completos sobre a votação. Esse resultado atinge o mandato do presidente José Sarney?

Não necessariamente. O tempo que vai mediar até essa votação. A soberania da Constituinte é que vai decidir. As Votações são independentes.

O senhor não se sente atingido por esse resultado?

Eu não posso me sentir atingido por uma decisão soberana da Assembléia que eu presido.

O senhor trabalhou pelo parlamentarismo com cinco anos...

Não, eu não trabalhei, eu trabalhei por uma solução conciliatória, se ela tivesse oportunidade. Apenas constatei sua existência e procurei os entendimentos em torno dela.

Ulysses deixou o Congresso às 21h30. Foi para casa.

JULIO ALCANTARA



Para Sarney, o resultado da votação de ontem "assegura a governabilidade"

No Alvorada, a festa da vitória

Vários ministros e parlamentares foram ontem, à noite, ao Palácio da Alvorada, cumprimentar o presidente José Sarney pela aprovação do sistema presidencialista e o mandato de cinco anos. O primeiro-ministro a deixar a residência oficial foi o das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães. Ele disse que a vitória aumenta a responsabilidade do governo, e que a partir de agora

a inflação deve ser combatida, mesmo que para isso seja necessário tomar medidas amargas.

O governador do Paraná, Alvaro Dias, era o convidado de Sarney para jantar, mas diante da presença maciça de visitantes, não foi possível cumprir o compromisso, como disse Antonio Carlos. Outro governador que foi ao Palácio, foi o Epitácio Cafeteira, do Maranhão. Ele destacou a im-

portância da Constituinte, afirmando que somente ela pode decidir as grandes questões.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, chegou eufórico ao Palácio, e disse que agora os ministros parlamentaristas devem pedir demissão dos cargos. Já o líder do governo e da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, não quis adiantar nenhuma futura estratégia de Sarney.